

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Companhia de Alumina do Pará S.A. - CAP ("Companhia") estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Barcarena - Pará, foi constituída em abril de 2008, tendo por objetivo o desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e subprodutos de alumina, incluindo a manufatura, transformação, importação e exportação de todos os produtos e subprodutos relacionados à indústria e comércio de alumina e a performance de atividades, no Brasil ou no exterior, que sejam direta ou indiretamente relacionadas ao cumprimento do objeto social da Sociedade, incluindo o desenvolvimento de tecnologia relacionada a produção de alumina e a prestação de serviços técnicos. Atualmente, a refinaria que será utilizada no processo produtivo está em fase de construção e a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Em 13 março de 2012 o Conselho de Administração da Companhia decidiu postergar o cronograma de construção da refinaria. A revisão tecnológica abrangente da concepção do projeto de refinaria foi concluída em 2016. Em 2020 e 2019 a Companhia manteve a decisão de postergação. Esta revisão incluiu estruturação operacional, tecnológica, investimentos de capital e custos operacionais do projeto. O atraso não representa qualquer falta de confiança no mercado de alumina, ou no projeto da nova refinaria, que ainda é considerado provável de realização por parte da Administração e o reinício do projeto de construção da refinaria esta associado a demanda de alumina no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no valor de R\$ 196.726 (R\$ 190.109 em 31 de dezembro de 2019) e prejuízo do exercício de R\$ 6.617 (R\$ 12.821 em 31 de dezembro de 2019) e depende do suporte financeiro dos seus acionistas e/ou de terceiros, até o momento em que suas operações venham a ser lucrativas. A falta desse suporte financeiro geraria sérias dúvidas sobre a capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades operacionais. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos e passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza. A administração da Companhia entende que tal ativo é plenamente recuperável, baseado no fluxo de caixa das operações futuras e impulsionado pelas projeções de redução nos custos de produção de alumina baseado na eficiência energética e redução do consumo de óleo combustível. A retomada do projeto de construção da refinaria está diretamente associado a demanda de alumina no mercado externo e a administração entende que as condições econômico-financeiras e mercado serão favoráveis nos próximos anos. A Companhia tem atuado em diferentes frentes para apoiar os esforços de prevenção e combate ao COVID-19. Todas as iniciativas são resultado de constantes diálogos com as autoridades e comunidades locais para identificarmos as necessidades e prioridades nesse período. A Companhia adotou medidas de prevenção aos seus empregados, seguindo todas as recomendações e os protocolos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sendo essenciais para redução do risco de infecção proveniente de suas operações. A pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas pelo governo para mitigar a propagação da pandemia não impactaram significativamente a Companhia.

2. Base de apresentação - a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 5 de março de 2021, estando as mesmas sujeitas a aprovação em assembleia de acionistas. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Conversão da moeda estrangeira - (i) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(ii) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado no grupo de resultado financeiro, sob a rubrica de variações monetárias e cambiais, líquidas.

3. Sumário das principais práticas contábeis - a. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros: Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 todos os instrumentos estavam classificados como custo amortizado, ou seja, o ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

(iii) Redução ao valor recuperável (Impairment): Perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para a qualidade de crédito de instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas principais agências internacionais de rating. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não identificou perdas relevantes relacionadas a ativos financeiros.

b. Passivos financeiros:

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

c. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. A parte principal do Imobilizado da Companhia se encontra na conta de Imobilizado em andamento, por isso não há incidência de depreciação em linha com a fase pré-operacional da Companhia.

d. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram identificados eventos que justificassem a realização de novo teste de impairment.

e. Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4. Principais mudanças nas políticas contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC requer que a administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras referem-se, fundamentalmente, à redução de valor recuperável de ativos. A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis. A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende que não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

a. Contingências: As contingências estão registradas quando a probabilidade de perda é considerada provável por nossos consultores jurídicos (Internos e Externos) e estão divulgadas quando a probabilidade é possível. As contingências encontram-se dispostas na nota explicativa nº 12.

6. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - a. Gestão de risco financeiro - (i) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com patrimônio líquido acima de 1 bilhão de dólares. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(ii) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela área financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O eventual

continua